



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10166.900162/2013-33
Recurso Voluntário
Resolução nº **1302-001.081 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**
Sessão de 19 de outubro de 2022
Assunto PEDIDO DE DILIGÊNCIA
Recorrente CTIS TECNOLOGIA S.A.
Interessado FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto condutor. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhe aplicado o decidido na Resolução nº 1302-001.080, de 19 de outubro de 2022, prolatada no julgamento do processo 10166.900164/2013-22, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo - Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Marcelo Cuba Netto, Flávio Machado Vilhena Dias, Ailton Neves da Silva (suplente convocado), Sávio Salomão de Almeida Nobrega, Fellipe Honorio Rodrigues da Costa (suplente convocado), e Paulo Henrique Silva Figueiredo (Presidente). Ausente o conselheiro Marcelo Oliveira.

Relatório

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do Regulamento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado na resolução paradigma.

Trata-se de recurso voluntário interposto pelo sujeito passivo em epígrafe, com amparo no art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

O litígio tem origem na declaração de compensação (DCOMP), onde o sujeito passivo informou como direito creditório saldo negativo de IRPJ/CSLL.

No despacho decisório concluiu-se, com base nas Dirf das fontes pagadoras, que o saldo negativo de IRPJ/CSLL disponível era inferior ao pleiteado.

Proposta manifestação de inconformidade, a DRJ de origem julgou-a procedente em parte.

Fl. 2 da Resolução n.º 1302-001.081 - 1ª Sejul/3ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 10166.900162/2013-33

Inconformado, o sujeito passivo interpôs recurso voluntário, onde repete, em síntese, as alegações expostas na manifestação de inconformidade, inclusive quanto ao pedido alternativo para conversão do julgamento em diligência "*a fim de que a autoridade administrativa, mediante a análise da extensiva documentação comprobatória, possa constatar as retenções sofridas pela Recorrente, confirmando-se integralmente a existência do crédito de saldo negativo de IRPJ/CSLL*".

É o Relatório.

Voto

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado na resolução paradigma como razões de decidir:

"O recurso é tempestivo e atende aos demais pressupostos recursais previstos nas normas que regem o Processo Administrativo Fiscal, logo, dele tomo conhecimento.

Pois bem, o demonstrativo das retenções de IR do 3º trimestre de 2008 não confirmadas no despacho decisório encontra-se à e-fls. 102/103. Há ali a indicação de 21 (vinte e um) CNPJs totalizando retenções de IR (códigos 1708 e 6190) no valor de **R\$ 318.613,22** dos quais **R\$ 162.628,51** não foram confirmados.

Em seu recurso o sujeito passivo apresenta um demonstrativo das notas-fiscais por ele emitidas, cujo respectivo recebimento ocorreu no 3º trimestre de 2008 (e-fls. 223/226). Nesse demonstrativo há também a indicação dos mesmos 21 (vinte e um) CNPJs apontados no despacho decisório, e dos mesmos **R\$ 318.613,22** a título de IR que teriam sido retidos.

Examinando-se o demonstrativo elaborado pelo sujeito passivo é possível verificar que, **à primeira vista**, as retenções de IR informadas na DCOMP estão corretas.

Vejam, por exemplo, as seguintes retenções de IR contidas no demonstrativo elaborado pelo sujeito passivo:

| CNPJ | Data da Emissão da NF | Data do Recebimento da NF | Cód da Receita | Valor da NF | IR Retido |
|--------------------|-----------------------|---------------------------|----------------|------------------|---------------|
| 33.683.111/0003-60 | 31/05/2008 | 03/07/2008 | 6190 | 3.747,17 | 179,86 |
| 33.683.111/0003-61 | 30/06/2008 | 05/08/2008 | 6190 | 3.462,60 | 166,20 |
| 33.683.111/0003-62 | 31/07/2008 | 05/09/2008 | 6190 | 3.287,21 | 157,79 |
| Total | | | 6190 | 10.496,98 | 503,85 |

O valor do IR retido, código 6190, representa 4,8% do valor da nota-fiscal, conforme previsto no Anexo I da Instrução Normativa n.º 480/2004.

O valor total de IR retido para esse CNPJ informado na DCOMP foi de exatos **R\$ 503,85**, coincidente com o informado acima, enquanto que o despacho decisório confirmou apenas **R\$ 167,85**.

Pairam, entretanto, algumas dúvidas em relação demonstrativo elaborado pelo sujeito passivo.

A **primeira** é que trata-se de mero demonstrativo, o qual, apesar de útil, não se presta para comprovar as informações ali contidas, pois desacompanhado das notas-fiscais.

É certo que a recorrente também apresentou a escrituração da conta 1.1.3.06.08 do "Razão", mas além não estar provado que se trata do verdadeiro livro Razão do 3º trimestre de 2008 (e não de um mero demonstrativo), os valores de notas-fiscais ali presentes não batem exatamente com aqueles indicados no demonstrativo de notas-fiscais.

Fl. 3 da Resolução n.º 1302-001.081 - 1ª Sejul/3ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 10166.900162/2013-33

A **segunda dúvida** diz respeito ao oferecimento à tributação das receitas que originaram as referidas retenções de IR, ainda que em trimestres anteriores (regime de competência).

Tendo em vista todo o exposto voto por converter o julgamento em diligência, a fim de que a autoridade tributária:

- a) intime o sujeito passivo a comprovar, mediante a apresentação de documentos hábeis e idôneos, e de forma clara e organizada, as informações prestadas no demonstrativo das notas-fiscais emitidas no 3º trimestre de 2008 (e-fls. 223/226);
- b) se julgar necessário, intime o sujeito passivo a apresentar outros documentos, ou a prestar outros esclarecimentos;
- c) elabore relatório circunstanciado sobre a comprovação do direito creditório em litígio;
- d) intime o sujeito passivo a se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias sobre o relatório acima;
- e) esgotado o prazo acima referido, com ou sem manifestação do sujeito passivo, devolva os autos ao CARF para prosseguimento."

Conclusão

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos do processo paradigma eventualmente citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do anexo II do RICARF, reproduz-se o decidido na resolução paradigma, no sentido de converter o julgamento em diligência.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo - Presidente Redator